

1  
4

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL  
PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

2 04 08

**METRO DO PORTO, S.A.**

**CONSELHO FISCAL**

**RELATÓRIO TRIMESTRAL**

**PERÍODO DE 01 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009**

**ÍNDICE**

	<b><u>Pág. n°(s).</u></b>
1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS MARCANTES DO EXERCÍCIO	4
3. ANÁLISE DAS CONTAS	
3.1 - Contas de Balanço	5
3.2 - Contas de Resultados	8
4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS	
4.1 - Orçamento de Investimentos	8
4.2 - Financiamento	10
4.3 - Orçamento de Exploração	10
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	11
6. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS	12
7. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS	13
8. NOTAS FINAIS	15
9. ANEXOS: (Balanço e Demonstração dos Resultados)	17

## 1. INTRODUÇÃO

O regime jurídico da exploração de um sistema de metro ligeiro, na área metropolitana do Porto, foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de Março, atribuindo a exploração desse sistema a uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, em regime de exclusivo.

Assim, foi constituída em 06 de Agosto de 1993 a sociedade “Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.”, denominação posteriormente alterada para “Metro do Porto, S.A.”, tendo por objecto a exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP, compreendendo ainda no seu objecto a construção das infra-estruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

Ao longo dos anos, o regime jurídico inicial foi objecto de algumas alterações, onde se destaca a publicação do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro que revogou o Decreto-Lei n.º 71/93 e criou novos Estatutos para a sociedade. Os Estatutos foram mais tarde reformulados pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, ficando o capital social a ser de € 5 000 000, e a sede a situar-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1 862 - 7º Andar, no Porto. Mais tarde, pela Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 25 de Março de 2008, os Estatutos sofreram diversas alterações, das quais salientamos o aumento do capital social de € 5 000 000 para € 7 500 000, a nova estrutura accionista e a reformulação da estrutura da administração e fiscalização, onde se evidencia a substituição do Fiscal Único por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente. Os Estatutos foram republicados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

De acordo com a referida Deliberação Social Unânime por Escrito, a estrutura accionista da Empresa passou a ser a que consta no Quadro 1:

**Quadro 1. - Estrutura accionista**

Accionistas	Participação no Capital
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP - Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Câmara Municipal de Gondomar	0,0001%
Câmara Municipal da Maia	0,0001%
Câmara Municipal de Matosinhos	0,0001%
Câmara Municipal do Porto	0,0001%
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	0,0001%
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Foi instituído um Acordo Parassocial dos accionistas da Metro do Porto, S.A., pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro. Este Acordo Parassocial mantém-se em fase de revisão.

O Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, estabeleceu as bases da Concessão, por um período de 50 anos, tendo sido, posteriormente, objecto das alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de Fevereiro,

do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de Julho, do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

O Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, permitiu a realização de operações de leasing de equipamento afecto ao sistema.

A Base XIII, das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro, estabelece que o financiamento da concessão é assegurado:

- Pelas receitas decorrentes da actividade da concessionária;
- Pelas dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus accionistas;
- Eventualmente, por produto de empréstimos a contrair pela empresa.

De acordo com o disposto no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, no Despacho n.º 14 277/2008, de 14 de Maio, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 23 de Maio, e no n.º 2 do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa, apresentamos o relatório do Conselho Fiscal da sociedade Metro do Porto, S. A., respeitante ao quarto trimestre de 2009.

A elaboração deste relatório trimestral teve como principais suportes os Balancetes do Razão mensais, as Demonstrações Financeiras de Dezembro e as Notas Técnicas emitidas pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, que contêm as Informações de Gestão de Outubro, Novembro e Dezembro de 2009, sendo estas últimas analisadas em reuniões do Conselho de Administração.

## 2. ASPECTOS MARCANTES DO EXERCÍCIO

Destacamos neste exercício o seguinte:

-Registaram-se em 2009 cerca de 52,6 milhões de validações, superiores em 2,2% ao registado no exercício de 2008.

-Foi celebrado com o Consórcio Normmetro, ACE, em Novembro, um acordo global de contas para o fecho do contrato Normmetro, que terá o seu termo em 31 de Março de 2010.

-Em Abril de 2009 foi lançado o concurso para a operação e manutenção do sistema de metro ligeiro da área Metropolitana do Porto. Após o decurso das fases desse concurso, o contrato foi assinado já em Fevereiro de 2010, pelo prazo de 5 anos, com o Consórcio denominado "Via Porto".

-No final do exercício concluiu-se a recepção das 30 unidades dos novos veículos "Tram - Train", para reforço da frota

-Foi adjudicado e consignado o prolongamento da linha Amarela a Santo Ovídio. A consignação da obra ocorreu em 14 de Outubro de 2009.

-Continuaram as obras de execução da extensão Estádio do Dragão/Venda Nova, que se encontram em fase adiantada.

### 3. ANÁLISE DAS CONTAS

A Metro do Porto, S.A. adopta os princípios e critérios constantes do Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas aplicáveis, impondo-se o princípio contabilístico do custo histórico.

A divulgação das demonstrações financeiras adopta, por vezes, com carácter supletivo, as normas internacionais de relato financeiro (IFRS).

Os investimentos financeiros da Empresa são valorizados pelo método da equivalência patrimonial.

O sistema informático utilizado é um programa da Sage.

Passamos a analisar os desvios mais relevantes em relação aos saldos do fim do exercício anterior, nas contas de balanço e aos saldos do período homólogo de 2008, nas contas de resultados. Salvo excepções, em contas com informação de interesse especial, são evidenciados os desvios de saldos iguais ou superiores a M€ 10 nas contas de balanço e de M€ 5 nas contas de resultados.

#### 3.1 - CONTAS DE BALANÇO

##### 3.1.1 Empréstimos Obtidos

No exercício de 2009 verificou-se, nesta rubrica, a evolução que se apresenta no Quadro 2.

**Quadro 2: Financiamento Bancário**

Unidade: euros

	Saldo em dívida em 31-12-2008	Utilizações e Amortizações		Saldo em dívida em 31-12-2009
		1.º 2.º e 3.º Trim. 2009	4.º Trim. 2009	
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>1.734.039.069</b>	<b>210.000.000</b>	<b>-6.650.639</b>	<b>1.937.388.430</b>
-BEI	767.039.069	30.000.000	-6.650.639	790.388.430
- Outro	967.000.000	180.000.000	0	1.147.000.000
<b>Curto Prazo</b>	<b>32.077.084</b>	<b>-9.690.639</b>	<b>29.650.639</b>	<b>52.037.084</b>
- BEI	6.650.639	-6.650.639	6.650.639	6.650.639
- Outro	25.426.445	-3.040.000	23.000.000	45.386.445
<b>Total</b>	<b>1.766.116.153</b>	<b>200.309.361</b>	<b>23.000.000</b>	<b>1.989.425.514</b>

Manteve-se, neste quarto trimestre de 2009, a tendência para o aumento do endividamento bancário da Empresa. Este aumento, que atingiu o montante global de m€ 23 000, resultou do seguinte:

- Diminuição do endividamento bancário de médio e longo prazo de m€ 6 651, por transferência para o curto prazo, das prestações do Banco Europeu de Investimentos, com vencimento em 2010.
- Aumento do endividamento bancário de curto prazo de m€ 6 651, por transferência de valores de médio e longo prazo, do Banco Europeu de Investimentos, com vencimento em 2010.
- Aumento do endividamento bancário de curto prazo no valor de m€ 23 000, decorrente da utilização de empréstimos de conta corrente, anteriormente negociados:

	m€
Millennium BCP	8 000
Santander	10.000
Barclays	5 000
Total	23 000

O Quadro 3. explicita a evolução dos níveis de endividamento desde o início de 2009, evidenciando que este ficou aquém dos limites autorizados para este ano.

### Quadro 3 - Endividamento Bancário

Unidade: M€

Montante em dívida em 31/12/2008	1.766,1
Acréscimo líquido de endividamento autorizado para 2009	470,0
Limite máximo aprovado para o endividamento bancário em 31/12/2009	2.236,1
Montante em dívida em 31/12/2009	1.989,4
Acréscimo líquido do Endividamento em 2009	223,3
Saldo de endividamento adicional não utilizado	246,7

O acréscimo da dívida às instituições financeiras foi aprovado pelas Tutelas, pelo que consideramos cumprido o disposto no art.º 5º do Acordo Parassocial (embora a sua aplicabilidade esteja prejudicada, dado o valor negativo da Situação Líquida) e o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

#### 3.1.2 Estado e Outros Entes Públicos

Verificou-se nesta conta um aumento do saldo devedor de m€ 11 210 (81%), passando de m€ 13 844, em Dezembro de 2008, para m€ 25 054, em 31 de Dezembro de 2009.

7 1 2  
4

Esta variação resulta, essencialmente, do aumento do saldo do IVA a receber (+m€ 12 033) e da diminuição das retenções na fonte (-m€ 626) e do IVA liquidado - diferimento na liquidação (-m€ 197).

Relativamente aos processos de contra-ordenação decorrentes da acção inspectiva da Inspecção Tributária, já referida nos Relatórios dos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2009, tomámos conhecimento de que continuavam a ser enviadas para a empresa notas de liquidação respeitantes ao valor do IVA deduzido pela Metro do Porto, relativo a obras de requalificação urbana, e que a Inspecção Tributária não aceita essa dedução.

Este assunto, conforme já informámos, está em via contenciosa, tendo a empresa contestado essas notas de liquidação através de um consultor fiscal e de um gabinete jurídico, externo à Metro do Porto, aguardando a decisão do Tribunal.

Entretanto, a DGCI, nos reembolsos de IVA que efectua à Metro do Porto, continua a efectuar a compensação do IVA, que considera indevidamente deduzido pela Empresa.

### 3.1.3 Imobilizações Corpóreas

O valor bruto desta rubrica era de m€ 1 709 498 em 31 de Dezembro de 2009, verificando-se um aumento de m€ 62 492 (4%) face a 31 de Dezembro de 2008. O aumento verificou-se, essencialmente, nos terrenos e recursos naturais afectos à linha azul (+m€ 7 955), linha verde (+m€ 1 865) e linha amarela (+m€ 779), nos edifícios e outras construções afectos à linha azul (+m€ 10 421), parque de manutenção e oficinas (+m€ 12 172), linha verde (+m€ 2 600), linha amarela (+m€ 7 272) e linha violeta (+m€ 7 167), no equipamento básico afecto à linha azul (+m€ 5 152), parque de manutenção e oficinas (+m€ 2 235), linha verde (+m€ 904), linha amarela (+m€ 3 583) e linha violeta (+m€ 168) e no equipamento administrativo (+m€ 351). Verificou-se também uma redução no equipamento de transporte de m€ 259.

### 3.1.4 Imobilizações em Curso

Verificou-se nesta conta um aumento de m€ 102 578 (40%) em relação a Dezembro de 2008. Para esta variação contribuíram os aumentos de m€ 26 591 em imobilizações incorpóreas em curso e de m€ 141 821 em imobilizações corpóreas em curso, reflectindo o andamento das obras de construção em curso. Verificaram-se, por outro lado, diminuições de m€ 65 834, devido à transferência para conta firme de trabalhos respeitantes a imobilizações incorpóreas (m€ 11 651) e corpóreas (m€ 54 183).

### 3.1.5 Prestações do Concedente

O valor desta conta passou de m€ 478 961 em 31 de Dezembro de 2008 para m€ 531 010 em 31 de Dezembro de 2009. Deste aumento de m€ 52 048 (11%), m€ 8 000 respeitaram a dotações do PIDDAC, m€ 35 742 a dotações do FEDER e m€ 8 306 a verbas do Fundo de Coesão.

O montante recebido do FEDER é já líquido de correcções financeiras decorrentes do processo de auditoria que incidiu sobre este projecto.

### 3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

#### 3.2.1 Custos e Perdas

##### 3.2.1.1 Fornecimentos e Serviços Externos

Os valores mais significativos desta conta estão evidenciados no Quadro 4.

**Quadro 4. Fornecimentos e Serviços Externos**

Unidade: m€

DESCRIÇÃO	Dezembro 2009	Dezembro 2008	Variação 2009/2008	
			Valor	%
Subcontratos	51.096	46.465	4.631	10%
Rendas leasing veículos metro ligeiro	14.087	15.905	-1.818	-11%
Outras rendas e alugueres	862	868	-6	-1%
Honorários	644	613	31	5%
Conservação e reparação	5.031	1.341	3.690	275%
Vigilância e segurança	4.206	3.935	271	7%
Trabalhos especializados	12.755	8.286	4.469	54%
Restante	1.334	1.393	-59	-4%
Total conforme balancete	90.015	78.806	11.209	14%

Esta conta regista um total de m€ 90 015, no final de 2009, o que corresponde a um aumento de m€ 11 209 (14%) face ao exercício anterior

Esta variação resulta, especialmente, por um lado, do aumento dos subcontratos (+m€ 4 631), da conservação e reparação (+m€ 3 690) e dos trabalhos especializados (+m€ 4 469) e, por outro, da redução dos valores das rendas de leasing dos veículos do metro ligeiro (-m€ 1 818).

##### 3.2.1.2 Custos e Perdas Financeiros

Comparativamente com o período homólogo de 2008, esta conta apresenta uma redução de m€ 14 639 (21%), resultante, fundamentalmente, da diminuição generalizada das taxas de juro.

## 4. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS

### 4.1 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

A Empresa realizou, durante o exercício de 2009, investimentos no valor de M€ 168,7, o que corresponde a 64,1% do orçamento anual, que era de M€ 263. Em 2008 realizou investimentos no montante de M€ 123,8.

Em termos acumulados, o investimento no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto atingiu, em 31 de Dezembro de 2009, o valor de M€ 2 155, líquidos da alienação do material circulante.

O Quadro 5. apresenta os valores mais significativos da execução orçamental neste exercício de 2009.



9 1 2  
4

#### Quadro 5. - Execução orçamental

Rubricas	Valor	Percentagem de execução
Revisão de preços e outros inerentes	31 286	148,5%
Duplicação da linha da Trofa	4 698	67,0%
Material circulante - duplicações	36 446	98,8%
Outros	20 947	43,8%
Linha do Aeroporto	6 293	109,3%
Adaptações no PMO de Guifões	7 409	90,3%
Linha Antas - Cabanas	49 455	70,3%
Estudos com outros projectos	4 024	106,4%

A rubrica "Revisão de preços e outros inerentes" compreende trabalhos a mais (m€ 35 443), expropriações de terrenos e recursos naturais (m€ 1 124), revisão de preços (m€ 1 718) e sobrecusto Normetro (-m€ 7 000). A execução orçamental desta rubrica em 2009, excedeu em m€ 10 222 (48,5%) o valor previsto para o exercício. Os desvios mais significativos ocorreram nos trabalhos a mais (+94,4%) e nos sobrecustos Normetro com uma regularização para menos de m€ 7 000.

O investimento na "Duplicação da linha da Trofa" apresenta o valor de m€ 4 698 (67,0% do orçamento), e respeita, essencialmente, a compatibilização urbana (m€ 2 752) e a expropriações (m€ 1 721).

A despesa com o "Material circulante - duplicações" atingiu o montante de m€ 36 446 (98,8% do orçamento).

A execução orçamental nos "Outros" foi, em 2009, de m€ 20 947 (43,8% do orçamento), distribuindo-se por trabalhos de compatibilização urbana, infra-estruturas e arruamentos nas linhas A, B, C e D (m€ 9 132), custos financeiros (m€ 5 329), custos gerais (m€ 1 512), custos com pessoal (m€ 2 911), outros fornecimentos e serviços externos (m€ 665) e outros pequenos investimentos, realizados com nova fiscalização, estudos e projectos e videovigilância de veículos e contingências (m€ 1 398).

Em relação à "Linha do Aeroporto" a execução de 2009 atingiu o valor de m€ 6 293, mais m€ 536 (9,3%) que o orçamentado. A sub-rubrica "diversos", com uma execução de m€ 6 096 (mais 14,8% do que o orçamentado), é a mais significativa da Linha do Aeroporto.

No que respeita às "Adaptações do Parque de Manutenção" e "Oficinas de Guifões" o investimento atingiu o montante de m€ 7 409 (90,3% do valor orçamentado para 2009) e refere-se a obras de adaptação para possibilitar a recepção, estacionamento e manutenção dos novos veículos de material circulante, tram-train.

Na "Linha Antas - Cabanas" (Gondomar) foram investidos m€ 49 455 (70,3% do orçamento anual). Esta rubrica compreende expropriações (m€ 11 875), infra-estrutura (m€ 28 991), estudos, projectos e fiscalização (m€ 8 540) e outros valores de pequena relevância (m€ 49).

Em "Estudos com outros projectos" foram investidos m€ 4 024, que representam 106,4% do valor orçamentado para 2009, o que corresponde a um excedente de m€ 242 (6,4%).

Foram, também, realizados investimentos que não estavam orçamentados, no valor m€ 3 214, assim distribuídos:

Duplicação da Linha da Trofa II	664
Obras de arte nas Linhas A e D	178
Parque de Manutenção e Oficinas de Guifões	120
Taxas e licenças	244
Linha Avenida de França - Santo Ovídio	1 880

#### 4.2 FINANCIAMENTO

Para 2009, foi orçamentado o montante de M€ 200,6, de diversas proveniências, para o financiamento dos projectos aprovados, o que ficava aquém do investimento global previsto para este ano (M€ 263,0). Esta situação de subfinanciamento não veio a verificar-se efectivamente, pelo facto de o investimento ter ficado aquém do valor orçamentado, situando-se nos M€ 168,7

#### 4.3 ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

No que respeita à exploração, apuraram-se os desvios que constam do Quadro 6.

**Quadro 6. - Orçamento de exploração/2009**

Unidade: m€

DESCRIÇÃO	Orçamento 2009	Real 2009	Desvios	Execução %
<b>Custos e Perdas</b>				
Fornecimentos e serviços externos	89.675	90.015	340	100%
Custos com o Pessoal	7.031	6.168	-863	88%
Amortizações e ajustamentos do exercício	54.000	53.685	-315	99%
Impostos	3.526	2.628	-898	75%
Outros custos e perdas operacionais	28	22	-6	79%
Custos e perdas financeiros	90.000	54.026	-35.974	60%
Custos e perdas extraordinários	0	435	435	
Imposto s/o rendimento exercício	32	47	15	147%
<b>Total de custos e perdas</b>	<b>244.291</b>	<b>207.026</b>	<b>-37.265</b>	<b>85%</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
Prestações de serviços	37.995	34.473	-3.522	91%
Proveitos suplementares	48	43	-5	90%
Subsídios à exploração (a)	12.670	11.994	-676	95%
Trabalhos para a própria empresa	13.852	18.387	4.535	133%
Proveitos e ganhos financeiros	795	771	-24	97%
Proveitos e ganhos extraordinários	621	2.948	2.327	475%
<b>Total de proveitos e ganhos</b>	<b>65.980</b>	<b>68.616</b>	<b>2.636</b>	<b>104%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-178.310</b>	<b>-138.411</b>	<b>39.899</b>	

(a) referentes a IC's pelo serviço de transporte

Na análise deste orçamento tivemos em conta as variações relevantes em termos monetários e que, simultaneamente, se afastam significativamente de 100pp. De acordo com este entendimento, anotámos o seguinte:

- **Custos e Perdas Financeiros:** Apesar do aumento do financiamento bancário no exercício de 2009, no valor de M€ 223,3, os custos e perdas financeiros tiveram uma redução de m€ 35 974 em relação ao orçamentado, que resulta, fundamentalmente, da descida generalizada das taxas de juro.
- **Prestações de Serviços:** O valor real anual desta conta representa 91% do orçamento anual. Tal como referimos no terceiro trimestre, a previsão de receita de Prestações Serviços para 2009 assenta em dois números e respectivas variações face aos valores projectados de execução para final de 2008.  
Com efeito, à data de elaboração do orçamento para 2009 (Outubro/Novembro de 2008), a Metro assumiu que:
  - Passageiros Km seriam 265 342 544
  - Receita por passageiro Km seria 11,23 cêntimosNo entanto, no final de 2008, verificou-se que os passageiros km foram apenas de 259 361 162, o que corresponde a uma variação negativa de 2,3% face ao projectado para 2008. Já a receita real por passageiro km foi de 11,25 cêntimos, representando uma variação positiva de 0,2% sobre o valor projectado para 2008.  
Adicionalmente, a Metro assumiu que para 2009 ao valor projectado para 2008 os passageiros km cresceriam 6,1% e a receita por passageiro km cresceria 3,3%. No entanto, até Dezembro de 2009, estas duas rubricas cresceram apenas 0,7% e 1,5%, em relação ao período homólogo de 2008.  
O comportamento de todos estes factores explica a insuficiente percentagem de execução da rubrica Prestações de Serviços.
- **Subsídios à Exploração:** A execução foi de m€ 11 994, correspondente a 95% do valor orçamentado para 2009. Deste valor, m€ 11 973 respeitam às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Governo pelo serviço de transporte. Os restantes m€ 21 referem-se ao IEFEP e à Civitas Elan.  
No entanto, comparando estes m€ 11 973 de indemnizações compensatórias com os m€ 11 133 recebidos em 2008, verificamos que houve um aumento de m€ 856, correspondente a um crescimento de 8%.
- **Trabalhos para a Própria Empresa:** Verificou-se um desvio de mais m€ 4 535(33%), em relação ao orçamentado.
- **Proveitos e Ganhos Extraordinários:** Verificou-se um desvio para mais de m€ 2 327 em relação ao orçamentado. O desvio resulta, fundamentalmente, do crescimento dos valores recebidos de sinistros, de penalidades contratuais, de coimas de clientes e de correcções relativas a exercícios anteriores.

## 5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 5.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

Foi registado no exercício de 2009 um resultado líquido negativo de m€ 138 411, o que corresponde a um desagravamento de m€ 10 208 (7%) face ao valor apurado em 2008(-m€ 148 619).

Os proveitos totais atingiram o montante de m€ 68 616, com um aumento de 11% em relação a igual período de 2008. Os custos totais, no valor de m€ 206 979, apresentam uma redução de 2% relativamente aos valores apurados em 2008.

Nos resultados operacionais, a Metro apurou um resultado negativo de m€ 87 622, contra m€ 83 016, também negativos, até 31 de Dezembro de 2008, o que evidencia um agravamento de m€ 4 605 (6%).

A diminuição da expressão negativa dos resultados líquidos, em relação ao exercício anterior, foi influenciada, especialmente, pelos Impostos (-m€ 2 554), Custos e Perdas Financeiros (-m€ 14 639), Trabalhos para a Própria Empresa (+m€ 4 776) e Proveitos e Ganhos Extraordinários (+m€ 2 235). Em sentido negativo temos, fundamentalmente, aumentos de Fornecimentos e Serviços Externos (+m€ 11 209), de Amortizações e Ajustamentos do Exercício (+m€ 1 797) e diminuições dos Proveitos e Ganhos Financeiros (-m€ 1 647).

## 5.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Situação Líquida da Metro do Porto (-m€ 154 579, em 31 de Dezembro de 2009) é crescentemente negativa, como temos vindo a referir, mesmo não reconhecendo no Passivo as Prestações do Concedente (m€ 531 010).

O Passivo registou um aumento de m€ 207 907 (10%), no exercício de 2009.

Esta variação resulta, por um lado, dos aumentos dos saldos de provisões (+m€ 2 012), de dívidas de curto e de médio e longo prazo a instituições de crédito (+m€ 223 309), de fornecedores c/c (+m€ 4 202) e de pequenos valores de outras rubricas (+m€ 85) e, por outro, da redução dos saldos de outros credores de curto e médio e longo prazo (-m€ 8 259), de acréscimos de custos (-m€ 8 404) e de proveitos diferidos (- m€ 5 038).

Por outro lado, o auto-financiamento, neste exercício de 2009, foi negativo de m€ 84 726, tendo sido também negativo em 2008, de m€ 96 731, o que evidencia uma melhoria de 12,4%.

## 6. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

### 6.1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão, do exercício de 2009, foi elaborado pelo Conselho de Administração da Metro do Porto, SA, dentro dos prazos legais.

Este documento contém uma exposição detalhada da actividade anual e da situação económica e financeira da sociedade.

A elaboração do balanço, das demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e da demonstração dos fluxos de caixa e dos respectivos anexos obedeceu aos princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade e das Directrizes Contabilísticas, apresentando valores consistentes com os registos contabilísticos.

O Conselho Fiscal tomou, também, conhecimento da Certificação Legal das Contas, datada de 12 de Março de 2010, elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, membro deste órgão social, que mereceu a concordância de todos os presentes.

A Certificação Legal das Contas apresenta a seguinte reserva:

“ A Empresa reconhece os apoios e subsídios recebidos do Estado e da União Europeia em relação com activos na conta Prestações do Concedente (Alínea 4 da Base XXVII) incluída na Situação Líquida. Atendendo à recomendação do Tribunal de Contas e demais circunstâncias descritas na nossa Certificação Legal das Contas para o exercício de 2007, relativas ao enquadramento contabilístico dos mencionados apoios e subsídios, em nosso entendimento, estes subsídios serão considerados como subsídios ao investimento e obter o tratamento contabilístico normal característico destas situações. A importância acumulada na conta Prestações do Concedente é, em 31 de Dezembro de 2009, de Euros 531 009 556 (Euros 478 961 360, em 2008).”

Apresenta, também, as seguintes ênfases:

“A Empresa, encontra-se na situação de incumprimento do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração através do Relatório de Gestão no seu ponto 8.4, informa a Assembleia Geral e propõe soluções para solucionar o mencionado incumprimento.”

“Embora não pondo em causa a continuidade das operações, atendendo a inúmeros aspectos, dos quais imediatamente ressalta a garantia do financiamento do Estado, chamamos a atenção para duas condicionantes do equilíbrio financeiro da Empresa: o atraso na definição quanto ao modelo de financiamento do Projecto e a não formalização de contratos-programa que fixem a compensação financeira a atribuir pelo Concedente à Concessionária.”

## 6.2 APLICAÇÃO DE RESULTADOS


A proposta, contida no Relatório de Gestão, de transferir o saldo negativo do resultado líquido do exercício, de 138 410 599 euros, para a conta “Resultados Transitados”, mereceu o parecer favorável deste Conselho Fiscal.

## 7. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS

### 7.1. Deveres especiais de informação previstos no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto e regulados pelo Despacho n.º 14277/2008, de 23/05, do Ministro de Estado e das Finanças

A empresa cumpriu os deveres definidos, com o envio à Inspecção-Geral de Finanças, à Direcção Geral do Tesouro e Finanças e à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, dos seguintes documentos:

- a) Plano de actividades anuais e plurianuais;
- b) Orçamento anual para 2010;
- c) Plano de investimentos anuais e plurianuais;
- d) Documentos de prestação anual das contas individuais, acompanhados do relatório dos auditores externos e da Certificação Legal das Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental elaborados pela Empresa e pelo órgão de fiscalização, estes últimos com algum atraso. Como o órgão de fiscalização aguarda a elaboração definitiva das demonstrações financeiras, os respectivos relatórios não seguem ao mesmo tempo que o relatório trimestral de execução orçamental emitido e enviado pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão.



f) Cópia da acta da Assembleia Geral Anual.

A Metro do Porto tem vindo, por outro lado, a assegurar a inserção no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira ( SIRIEF), da generalidade da informação de natureza económica e financeira necessária.

## 7.2. Objectivos de Gestão

O Estado, com suporte na RCM n.º 70/2008, de 22 de Abril, estabeleceu em Despacho Conjunto de 30 de Julho de 2009 dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com informação à Empresa em 6 de Outubro de 2009, as orientações estratégicas e os objectivos de gestão anuais para o período de 2009/2010.

A Empresa enunciou no seu Relatório de Sustentabilidade os princípios derivados das orientações estratégicas específicas.

## 7.3. RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro - Prazo médio de pagamentos (PMP)

No final do trimestre, o PMP da empresa foi de 90 dias, conforme informação publicitada no site da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, o que representa uma redução de 4 dias (4,4%) face ao período homólogo do ano anterior (94 dias).

A avaliação do grau de cumprimento dos objectivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano. A evolução do indicador revela o incumprimento do objectivo fixado pela RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, na medida em que traduz uma redução inferior a 15%.

Por outro lado, em relação ao valor fixado para o mesmo indicador pelo Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, datado de 30 de Julho de 2009, que era de 92 dias, a Empresa superou o objectivo.

## 7.4. RCM n.º 49/2007, de 28 de Março - Princípios de bom governo

A Empresa cumpre, na generalidade, os Princípios de Bom Governo fixados pela RCM n.º 49/2007.

Notámos que a Empresa preparou em 2009 e já possui um Código de Ética, bem como, em princípios de 2010, elaborou um Plano de Prevenção de Riscos de Gestão. Propõe-se ainda publicar em 2010 o Plano de Igualdade e efectuar a nomeação do provedor do cliente.

## 7.5. Relatório de Sustentabilidade

A Sociedade, como Empresa Pública, com base na Carta de Sustentabilidade da UITP, que subscreveu, apresentou um extenso relatório, em que foca os principais aspectos do desempenho da sua actividade, nas vertentes mais significativas.

Salienta-se assim, como mais importante, a informação quanto à apresentação da sua estrutura jurídica, do governo da sociedade, da estratégia e sustentabilidade, do ambiente, da perspectiva económica e da responsabilidade social

Este relatório apoiou-se nas orientações do Global Reporting Initiative (GRI) na sua versão mais recente: G3

O Conselho Fiscal analisou, com especial cuidado, este documento e emite o seu parecer favorável a este relatório.

## 8. NOTAS FINAIS

A Situação Líquida da Empresa é negativa, desde 30 de Junho de 2008, situação que aconselha a implementação de soluções com vista ao reforço da cobertura do capital da sociedade.

Esta situação, tem, por outro lado, como consequência o incumprimento do disposto no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Além disso, nestas circunstâncias, o cumprimento rigoroso do Artigo 5º do Acordo Parassocial inviabilizaria a gestão corrente da Empresa, em virtude do capital próprio da sociedade ser negativo, justificando-se, em nosso entender, a conclusão da revisão do Acordo Parassocial, no que diz respeito ao referido artigo.

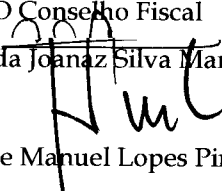
Fomos informados pelo Conselho de Administração que as Tutelas autorizaram um acréscimo líquido de endividamento em 2009 de M€ 470. Este montante consta de um mapa elaborado em papel timbrado das referidas Tutelas, cuja cópia possuímos.

Os financiamentos bancários utilizados no 4.º trimestre não careceram de pedido prévio de autorização ao Estado, porquanto se encontravam previstos no orçamento apresentado.


Não foi, ainda, formalizado o contrato de prestação de serviço público, previsto na Base XV das Bases da Concessão, em que o Estado atribuirá à Empresa compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral. Esta situação tem conduzido à acumulação de prejuízos anuais que a sociedade dificilmente terá capacidade de suportar. O auto-financiamento, no fim do exercício de 2009, foi negativo, no montante de m€ 84 726.

Considerando o elevado passivo financeiro, resultante da construção das infraestruturas da primeira fase do sistema de metro ligeiro do Porto, que não dispuseram do necessário financiamento próprio, será desejável que, a breve prazo, sejam tomadas medidas com vista à resolução deste preocupante problema, com reflexos fortemente negativos nos custos financeiros e na Situação Líquida da Empresa.

O Conselho Fiscal

  
Dra. Maria Fernanda Joana Silva Martins - Presidente

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto - Vogal

  
António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada  
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º177 - Vogal



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

**9. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**



Metro do Porto, S.A.  
Balço em 31 de Dezembro de 2009

(Unidade: euros)

Código das Contas	Activo	Exercícios			
		2009			2008
		AB	AA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	88.163.834	9.867.462	78.296.371	76.747.728
441/6	Imobilizações em curso	112.214.669		112.214.669	97.274.282
		200.378.503	9.867.462	190.511.040	174.022.010
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	147.135.200		147.135.200	136.469.819
422	Edifícios e outras construções	1.305.209.016	190.545.043	1.114.663.973	1.115.544.441
423	Equipamento básico	246.250.193	41.145.102	205.105.091	203.631.537
424	Equipamento de transporte	751.245	617.896	133.348	273.984
425	Ferramentas e utensílios	281.642	276.032	5.611	11.197
426	Equipamento administrativo	3.039.031	2.770.365	268.666	216.475
429	Outras imobilizações corpóreas	6.831.917		6.831.917	6.831.917
441/6	Imobilizações em curso	244.918.258		244.918.258	157.280.285
		1.954.416.503	235.354.438	1.719.062.064	1.620.259.655
	Investimentos financeiros:				
4111	Partes de capital em empresas do grupo	695		695	1.467
4112	Partes de capital em empresas associadas	314.247		314.247	324.320
		314.943		314.943	325.788
	Circulante:				
	Dividas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	9.737.785		9.737.785	8.176.441
251+255	Outros accionistas (sócios)	1.784		1.784	30.459
229	Adiantamentos a fornecedores				284.078
24	Estado e outros entes públicos	25.301.273		25.301.273	14.070.512
264	Subscritores de capital	177.250		177.250	177.250
262+266/8+221	Outros devedores	1.101.889		1.101.889	1.739.794
		36.319.980		36.319.980	24.478.533
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos bancários	1.318.016		1.318.016	1.148.694
11	Caixa	1.522		1.522	1.520
		1.319.538		1.319.538	1.150.214
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	3.247.264		3.247.264	4.336.225
272	Custos diferidos	231.864.331		231.864.331	236.435.695
		235.111.594		235.111.594	240.771.920
	Total de amortizações		245.221.901		
	Total de ajustamentos				
	Total do activo	2.427.861.060	245.221.901	2.182.639.160	2.061.008.120

Metro do Porto, S.A.  
Balção em 31 de Dezembro de 2009

(Unidade: euros)

Código das Contas	Situação líquida e passivo	Exercícios	
		2.009	2.008
	Capital próprio		
51	Capital	7.500.000	7.500.000
53	Prestações acessórias	179.033	179.033
55	Ajust. de partes de capital em filiais e associadas	194.466	54.687
59	Resultados transitados	-555.051.224	-406.377.060
	Subtotal	-547.177.725	-398.643.340
88	Resultado líquido do exercício	-138.410.599	-148.619.199
	Subtotal	-685.588.323	-547.262.539
581	Prestações do concedente (n.º 4 da Base XXVII)	531.009.556	478.961.360
	Total da situação líquida	-154.578.767	-68.301.179
	Passivo:		
	Provisões:		
293/8	Outras provisões	16.430.498	14.417.825
		16.430.498	14.417.825
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
231	Dívidas a instituições de crédito	1.937.388.430	1.734.039.069
262/5+267/8+211	Outros credores	177.173.125	183.917.812
		2.114.561.555	1.917.956.881
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
231+12	Dívidas a instituições de crédito	52.037.084	32.077.084
221	Fornecedores, c/c	19.444.079	15.242.074
239	Outros empréstimos obtidos		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	28.278.155	28.213.983
24	Estado e outros entes públicos	247.887	226.691
262/5+267/8+211	Outros credores	15.450.024	16.963.896
		115.457.229	92.723.728
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	16.372.834	24.776.715
274	Proveitos diferidos	74.395.810	79.434.150
		90.768.644	104.210.864
	Total do passivo	2.337.217.926	2.129.309.299
	Total da situação líquida e do passivo	2.182.639.160	2.061.008.120

Metro do Porto, S.A.  
Demonstração dos Resultados por Naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009

(Unidade: euros)

Código das Contas		Exercícios			
		2009		2008	
	<b>Custos e perdas</b>				
62	Fornecimentos e serviços externos		90.014.694		78.805.574
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	4.641.496		4.606.879	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensões				
645/8	Outros	1.526.807	6.168.303	1.279.236	5.886.115
662+663	Amortizações imobilizado corpóreo e incorpóreo	53.685.326		51.888.286	
67	Provisões		53.685.326		51.888.286
63	Impostos	2.627.737		5.182.173	
65	Outros custos e perdas operacionais	22.442	2.650.178	20.632	5.202.804
	(A)		152.518.501		141.782.780
682	Perdas em empresas do grupo e associadas		772		722
681+685+686+687+688	Juros e custos similares:				
	Outros	54.025.466	54.025.466	68.664.276	68.664.276
	(C)		206.544.740		210.447.778
69	Custos e perdas extraordinários		434.716		40.467
	(E)		206.979.456		210.488.244
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		47.229		28.947
	(G)		207.026.685		210.517.191
88	Resultado líquido do exercício		-138.410.599		-148.619.199
			68.616.086		61.897.992
	<b>Proveitos e ganhos</b>				
72	Prestações de serviços	34.472.798	34.472.798	33.987.943	33.987.943
75	Trabalhos para a própria empresa		18.387.249		13.610.787
73	Proveitos suplementares	43.200		30.250	
74	Subsídios à exploração	11.993.688		11.137.662	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		12.036.888		11.167.912
	(B)		64.896.934		58.766.642
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas		126.740		441.273
7811+7818+785+786+788	Outros juros e proveitos similares:				
	Outros	643.794	643.794	1.976.296	1.976.296
	(D)		65.667.468		61.184.210
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.948.618		713.782
	(F)		68.616.086		61.897.992
	Resumo:	2.009	2.008		
	Resultados operacionais : (B) - (A) =	-87.621.567	-83.016.138		
	Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) =	-53.255.704	-66.247.430		
	Resultados correntes : (D) - (C) =	-140.877.271	-149.263.568		
	Resultados antes de impostos : (F) - (E) =	-138.363.370	-148.590.252		
	Resultado líquido do exercício : (F) - (G) =	-138.410.599	-148.619.199		